MARCOS EDUARDO DE SANTIS

**Fomento à exportação de serviços brasileiros em infraestrutura: o caso do
porto cubano de Mariel**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

MARCOS EDUARDO DE SANTIS

**Fomento à exportação de serviços brasileiros em infraestrutura: o caso do
porto cubano de Mariel**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Santis, Marcos Eduardo De

Título: Fomento à exportação de serviços brasileiros em infraestrutura: o caso do porto cubano de Mariel.

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Professor Doutor_____ Instituição_____

Julgamento_____ Assinatura_____

Professor Doutor_____ Instituição_____

Julgamento_____ Assinatura_____

Professor Doutor_____ Instituição_____

Julgamento_____ Assinatura_____

À minha mãe, modelo de resiliência e amor.

AGRADECIMENTOS

“Deus mora nos detalhes”. Esta foi a frase que ouvi poucos minutos antes de redigir esta lauda, dita por minha irmã de sangue e alma, Marília De Santis, a quem direciono meus agradecimentos exordiais e entusiasmados pela paciência, pela dedicação, pelo companheirismo em terras brasileiras e cubanas, e pelo imenso apoio – técnico e emocional: sem ti este trabalho não seria possível. Prolongo minha gratidão ao meu pai, Claudio De Santis, por toda a atenção e pelas horas de descanso ignoradas, e à minha mãe, Almerinda De Santis, dada a acolhida materna que torna tudo menos assustador.

É impensável não agradecer, ainda, àqueles que, mesmo sem o vínculo sanguíneo, estiveram presentes durante os momentos de dúvidas, descobertas e reflexões, oportunas ou descaradamente descabidas: ao Professor Sebastião B. de Barros Tojal pela clareza e atenção ao longo dos últimos 3 anos, à Roberta Prado, pelo apoio permanente e compreensão, aos amigos de escritório e de vida, Jorge Souza, Eduardo Evangelista, e Leonardo Bissoli, que generosamente compartilharam comigo seus conhecimentos e experiências. À Aline Carvalho, pela solidariedade até os últimos momentos, carinho e serenidade que permitiram levar este trabalho adiante, e aos amigos que compõem minha segunda família, Marco Favini, André Santi, Felipe Domingues, Rafael Paris e Thiago Lourenço, cujas vibrações positivas – e provocações permearam cada página desta dissertação.

Meu ‘muito obrigado’, ainda, aos atuais colegas de bordo e companheiros nas batalhas diárias: Thais Alberghini, Thalita Nascimento, Déborah Mariano, Gabriela Santos, Marcelo Magalhães, Alcino Therezo, José Cândido Damasceno e Danilo Ramos: este último, com sua admirável cordialidade e diplomacia, foi responsável por possibilitar o acesso a parcela importante das informações e pesquisas apresentadas neste estudo.

Por fim, agradeço a Federico Carlos e Giordano Camaroti, pela acolhida e toda a atenção dispensada ao longo das pesquisas realizadas em Cuba.

Se Deus mora nos detalhes, foi no detalhe que cada um me propiciou que encontrei Deus.

“— temos dons em excesso. E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de ‘complexo de vira-latas’. Estou a imaginar o espanto do leitor: — ‘O que vem a ser isso?’ Eu explico.

Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo”. (RODRIGUES, Nelson. Trecho extraído do livro: *As cem melhores crônicas brasileiras*, Rio de Janeiro: Objetiva, 1993, p. 118/119)

SANTIS, Marcos Eduardo De. **Fomento à exportação de serviços brasileiros em infraestrutura: o caso do porto cubano de Mariel**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

RESUMO

A presente dissertação se dedica a analisar, à luz do Direito Constitucional e do Direito Administrativo, o papel do Estado no processo de internacionalização das empresas, por meio da promoção de políticas públicas indutoras ou facilitadoras que encontram na atividade administrativa de fomento uma eficiente ferramenta para o desenvolvimento nacional. Em um cenário originado a partir das últimas décadas do século passado e com mudanças ainda correntes, o incentivo à exportação de serviços brasileiros em infraestrutura se designa não apenas a ajudar as empresas particulares, mas produz reflexos coletivos na ordem econômica interna, e desse modo privilegia o interesse público. Neste contexto, é determinante a função institucional do BNDES na gestão de recursos públicos: a partir de normas transparentes e isonômicas, submetidas a adequado controle formal e de resultados, a instituição tem possibilitado que um grande número de países se tornem destinatários de serviços de infraestrutura prestados por empresas brasileiras. A inclusão de Cuba neste mercado transnacional – por meio da criação da ZEDM e ampliação do porto de Mariel – se apresenta como um modelo a ser investigado.

Palavras-chave: Internacionalização de empresas, Desenvolvimento nacional, Atividade administrativa de fomento, Serviços de infraestrutura, BNDES, Porto de Mariel.

SANTIS, Marcos Eduardo De. **Development of exports of Brazilian services in infrastructure: the case of the Cuban port of Mariel**. Dissertation (Master in Law) - Faculty of Law, University of São Paulo, 2018.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the role of the State in the process of internationalization of companies according of Constitutional Law and Administrative Law, through the promotion of inducing or facilitating public policies, and finding in the administrative activity of development an efficient tool for national development. In a scenario that originated from the last decades of the last century and with changes still in progress, the incentive to export brazilian services in infrastructure is not only designed to help private companies, but produces collective reflexes in the domestic economic order, and thus privileges the public interest. In this context, the institutional role of the BNDES in the management of public resources is decisive: from transparent and isomorphic norms, and submitted to adequate formal and results controls, the institution has enabled a large number of countries to become recipients of infrastructure services provided by brazilian companies. The inclusion of Cuba in this transnational market - through the creation of the ZEDM and expansion of the Mariel port - is presented as a model to be investigated.

Keywords: Internationalization of companies, National development, Administrative development activities, Infrastructure services, BNDES, Port of Mariel.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração n. 01. - Obras com Financiamento do BNDES realizadas na América do Sul após 2003

Ilustração n. 02. – Modus operandi nas operações de exportação de bens e serviços de engenharia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
AGU	Advocacia Geral da União
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CDB	China Development Bank
CEC	Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COI	Companhia de Obras e Infraestrutura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CXM	China Exim Bank
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FINEX	Fundo de Financiamento à Exportação
FINAMEX	Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MINCEX	Ministério de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MPF	Ministério Público Federal
NTN	Nota do Tesouro Nacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCC	Partido Comunista de Cuba
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social

PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
PSA	Port Singapore Authority
RFB	Receita Federal do Brasil
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SISCOSERV	Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços
STF	Supremo Tribunal Federal
TCM	Terminal de Contêineres de Mariel
TCU	Tribunal de Contas da União
TEU	<i>Twenty Foot Equivalent Unit</i>
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TLP	Taxa de Longo Prazo
TN	Tesouro Nacional
ZEDM	Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Complexo Portuário e Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel	
1.1. Estrutura portuária e logística na zona especial de desenvolvimento de Mariel	21
1.2. A legislação cubana para investimentos estrangeiros	31
1.3. Participação do Brasil na ampliação do porto de Mariel no contexto da transnacionalidade comercial.....	42
2. A atividade administrativa de fomento à exportação de serviços em infraestrutura	
2.1. O conceito de atividade administrativa de fomento: uma releitura	56
2.2. Fomento à exportação de serviços em infraestrutura:uma política pública de Estado?.....	68
2.2.1. Incentivo à exportação de serviços e o interesse público.	76
3. O papel do BNDES na atividade administrativa de fomento à exportação de serviços em infraestrutura	
3.1. O BNDES como instrumento da atividade administrativa de fomento	81
3.2. Subvenção e empréstimo em condições favoráveis.....	88
3.2.1. Procedimentos para outorga de empréstimo e gestão de risco pelo BNDES.....	95
3.2.2. Políticas de créditos e subvenções à luz dos princípios constitucionais	98
3.3. Formas de controle sobre empréstimos do BNDES destinados à exportação de serviços em infraestrutura	106
3.3.1. Controle de resultados e o princípio da eficiência.	112
Conclusão.....	115
Referências..	121
Anexo 1 – Relatório de visita nº 01 ao porto de Mariel e ZEDM..	127
Anexo 2 – Relatório de visita nº 02 à Companhia de Obras e Infraestrutura – COI..	130
Anexo 3 – Relatório de visita nº 03 à 35ª Feira Internacional de Havana – FIHAV.....	132

INTRODUÇÃO

No dia 27 de janeiro de 2014, a veiculação pela mídia nacional e internacional reportando a participação do governo brasileiro na inauguração da Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM) e do Terminal de Contêineres de Mariel (TCM), localizados 45 quilômetros a oeste de Havana, capital de Cuba, obra esta realizada pela Companhia de Obras e Infraestrutura – COI, subsidiária da organização Odebrecht¹, em parceria com a companhia Quality Cuba S.A, foi recebida com reservas e críticas de toda sorte pela imprensa, representantes políticos e diversos setores da sociedade civil brasileira.

O foco das discussões recaiu sobre os valores despendidos nas obras de ampliação e modernização do porto e sua estrutura logística, as quais exigiram investimentos no importe de US\$ 957 milhões de dólares americanos, dentre os quais US\$ 682 milhões de dólares americanos financiados por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Diante das críticas desferidas, sustentou-se oficialmente que a participação do governo brasileiro no mega-projeto de infraestrutura visava não apenas a expansão do complexo portuário estrangeiro, mas também a geração de 156 (cento e cinquenta e seis) mil empregos

¹ A Organização Odebrecht é um conglomerado brasileiro de capital fechado que atua em diversas partes do mundo nas áreas de construção e engenharia, químicos e petroquímicos, energia, saneamento, entre outros. A empresa foi fundada pelo engenheiro pernambucano Norberto Odebrecht, no ano de 1944, em Salvador, no estado da Bahia, e atualmente está presente em 21 países distribuídos por todo o Continente Americano, na África, na Europa e no Oriente Médio.

A Construtora Norberto Odebrecht é, juntamente com a Vale, uma das duas multinacionais brasileiras com maior presença na África e no Oriente Médio, sendo que boa parte dos brasileiros que residem nestas regiões são funcionários da companhia. Em Angola, a subsidiária Odebrecht Angola é a maior empregadora particular do país.

A Organização é constituída pela holding Odebrecht S.A., fundada em 1981, que administra a Construtora Norberto Odebrecht S.A., Foz do Brasil (saneamento básico e tratamento de resíduos industriais), Braskem S.A. Petroquímica, a maior empresa petroquímica da América Latina e a quinta maior do mundo, com exportações para 60 países em todos os continentes, apresentando quarta maior receita das Américas e a décimo sétima no mundo.

Completam a composição do conglomerado, ainda, as empresas Odebrecht Realizações Imobiliárias, a Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Lda. e a Agroindustrial (que atua na produção de açúcar, etanol e energia elétrica, com participação acionária da japonesa Sojitz Corporation).

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Odebrecht e <https://www.odebrecht.com/pt-br/comunicacao/odebrecht-em-resumo/odebrecht-em-numeros-0>).

diretos e indiretos a brasileiros, a garantia legal² de incentivos fiscais e livre repatriação de lucros, em moeda livremente conversível e sem pagamento de impostos ou gravames relacionados à transferência, e a inserção do Brasil no mercado caribenho, ultrapassando o entorno regional circunscrito à América do Sul. Estes e outros elementos encontram-se discorridos no capítulo 1 da presente dissertação.

O esforço do governo para justificação denotou a nítida desconfiança existente no Brasil quanto às políticas de incentivos à exportação de serviços prestados por empresas nacionais, oriunda de críticas embasadas, principalmente, na disponibilização de recursos públicos internacionalizados pelo BNDES e que deixariam de ser investidos no país, na inexistência de critérios isonômicos e competitivos claros, e na malfada prática de atos de corrupção pelos agentes envolvidos. No plano finalístico, rejeita-se, geralmente sem qualquer evidência empírica, que aludidos incentivos possam resultar em externalidades positivas nas esferas política, econômica e social.

Entretanto, o que se verifica à sombra desta descrença, é o tangenciamento no Brasil quanto à efetivação dos mercados globais, ao contrário do que se pratica em governos imbuídos de uma política com função social (*welfare function*), como se observa nos Estados Unidos da América, na República Popular da China, dentre outros exemplos. Nestes países, os aportes financeiros por meio de bancos públicos de fomento constituem forte apoio à exportação de serviços, especialmente no setor de infraestrutura.

É fato que a passagem do século XX para o século XXI trouxe consigo novas premissas ao processo de internacionalização das empresas pelo mundo, abandonando conceitos que competiam exclusivamente à órbita das relações privadas e passando a envolver diretamente os Estados, já a partir da década de 90. Os impactos destas mudanças não podem ser ignorados no Brasil, sendo imprescindível e premente uma transição que, ao revisitar os elementos teóricos anacrônicos do Direito Constitucional e do Direito Administrativo passe a considerar a internacionalização juridicamente organizada das empresas por meio do fomento como uma importante ferramenta de desenvolvimento nacional.

² Artigo terceiro e seguintes da Lei n. 118 aprovada pela Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba na Primeira Sessão Extraordinária da VIII Legislatura realizada em 29 de março de 2014, revogando a pretérita Lei de Investimentos Estrangeiros n. 77, de setembro de 1995.

Em boa medida por culpa da estrutura do ensino jurídico no Brasil, devotado à codificação e ao estudo da norma e pouco interessado nos programas de ações governamentais, o direito permaneceu durante muito tempo apartado do campo das políticas públicas, tradicionalmente estudado no âmbito das ciências sociais e econômicas. Hoje, apesar da ainda escassa bibliografia sobre o tema, já é possível encontrá-lo com maior frequência nas dissertações jurídicas³, entendido o influente papel que o jurista possui na formulação e no controle destas políticas no exercício das suas funções como legislador, juiz ou advogado, quando diante de um modelo intervencionista único sob os pontos de vista econômico, jurídico e social.

A inserção dos países no mercado global, de forma competitiva e sustentável, não é um fenômeno exclusivamente econômico ou autocéfalo: trata-se de redefinir o papel dos Estados na denominada nova internacionalização, com o desenvolvimento de políticas públicas a exigirem a criação de instrumentos jurídicos que confirmem legitimidade à aliança entre os setores público e privado, com a prevalência do interesse público.

Neste sentido, diz JUSTEN FILHO:

Afirmar que todo e qualquer conflito de interesses entre particular e Estado se resolve pela prevalência do chamado ‘interesse público’ é uma afirmação inconsistente com a ordem jurídica. E assim se passa precisamente porque a Constituição contempla, antes de tudo, um conjunto de garantias ‘em favor de particular’ e contra o Estado. A supremacia do interesse público somente é consagrada em Estados totalitários, que eliminam do ser humano a condição de sujeito de direito. Mais ainda, é impossível afirmar a existência de um ‘interesse público’ único e unitário. Na generalidade das hipóteses, existem diversos interesses tutelados pela ordem jurídica, todos merecedores de idêntica proteção. A decisão concreta a ser adotada sempre pressuporá a identificação efetiva e cristalina desses diversos interesses. Bem por isso, afirmar o ‘princípio da supremacia do interesse público’ não fornece qualquer critério para identificar a solução compatível com o direito. É

³ Neste sentido, para CARLOS ARI SUNDFELD, “(...) a ideia de política pública não deve se sobrepor às noções tradicionais do Direito. Ela vem somar, não para substituir ou subtrair. Ela nos permite uma ‘nova perspectiva, uma maneira diversa de enxergar e compreender o ‘fenômeno jurídico’. Por esta visão de mundo, as normas – a grande matéria prima do jurista – e todos os debates que elas trazem consigo – métodos de interpretação, sanções, competências, vigência, validade, etc. – podem ser observados num contexto mais amplo: o da ação estatal – ou governamental. Sob a ótica da ideia de políticas públicas, a tônica pode se deslocar de uma análise mais isolada da norma para outra na qual sejam levados em conta os grandes objetivos perseguidos pelo Estado e a relação entre meios e fins. Haveria, neste sentido, uma ampliação dos horizontes do conhecimento jurídico. (SUNDFELD, 2014, p. 46-47)

indispensável verificar, em face do caso concreto, quais são os interesses em conflito e, somente então, produzir a solução mais compatível com os valores protegidos.” (JUSTEN FILHO, 2013, p. 78-79)

A forma como o Estado promove políticas públicas depende do modelo adotado, como indutor do processo ou como seu facilitador, encontrando na atividade administrativa de fomento o ponto de convergência entre ambos.

No exercício desta atividade administrativa, se o resultado alcançado pelo Estado for estratégico do ponto de vista social e macroeconômico, e se proporcionar às empresas participantes maior competitividade, com capacidade de inovação, conhecimento e influência no mercado global, o elo público-privado se expressará na própria capacidade de desenvolvimento econômico nacional.

O processo de internacionalização da economia brasileira em um contexto em que a defesa dos interesses nacionais é resgatada do desenvolvimentismo, reconfigura o papel do Estado e lhe dá a incumbência de prestar o apoio necessário para que as empresas nacionais possam competir no mercado global e auferir não somente resultados financeiros, mas ‘expertise’ e retornos que possam ser dimensionados em benefícios para a sociedade⁴.

O incentivo para a exportação de serviços brasileiros em infraestrutura se designa não apenas a ajudar as empresas particulares, mas produz reflexos coletivos na ordem econômica interna, dentre os quais a geração de postos de trabalhos em razão da demanda por bens e serviços de outros segmentos da cadeia produtiva que disponibilizam insumos, os ganhos de produtividade decorrentes da indução à melhoria técnica competitiva, a geração de dólares com fortalecimento da balança de pagamentos brasileira e redução do déficit da balança comercial de serviços. Outros reflexos se exprimem nos resultados positivos verificados nas relações diplomáticas entre Estados, seja no exercício de influência política ou no desenvolvimento de intercâmbios e confluências culturais.

⁴ “Num Estado Democrático de Direito há a necessidade de respeito simultâneo dos interesses individuais, coletivos e públicos, a fim de que haja o maior atendimento possível de certos princípios – onde esses interesses se traduzem em valores –, com a mínima desatenção aos demais. (...) Há três ordens distintas de interesses: os individuais, os coletivos e os públicos ou gerais: (...) a harmonização das três ordens de interesses possibilita o melhor atendimento dos interesses situados nas demais, já que o excessivo favorecimento dos interesses situados em algumas delas, em detrimento daqueles situados nas demais, termina, no fundo, sendo um desserviço para a consagração desses mesmos interesses.” (GUERRA FILHO, 2003. p. 269-278).

À luz destes benefícios, o fomento à exportação de serviços constitui instrumento hábil para o desenvolvimento econômico nacional, merecendo ser visto como integrante de uma ação conjunta que incita a agenda do desenvolvimento e privilegia o interesse público, como afirma MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO:

O princípio do interesse público também constitui o próprio fundamento da atividade de fomento, pela qual o Estado subsidia, incentiva, ajuda a iniciativa privada, exatamente por considerar que o particular merece essa ajuda porque está exercendo atividades que atendem às necessidades coletivas, paralelamente ao Estado. (DI PIETRO, 2010)

Esta é a missão do capítulo 2 da presente dissertação, ao revisitar conceitos sobre a intervenção econômica do Estado no Direito contemporâneo, e aplicar a atividade administrativa de fomento ao processo de internacionalização de empresas.

Analisada a evolução histórica do desenvolvimento no Brasil sob o ponto de vista econômico, é possível verificar uma inconsistência complexa, uma vez que embora o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tenha sempre orbitado entre as principais lideranças econômicas mundiais⁵, jamais foi capaz de representar uma realidade que classificasse o país dentre os mais desenvolvidos do globo.

O crescimento do PIB ou dos níveis de industrialização de determinado país não estão progressivamente vinculados ao seu desenvolvimento, sendo necessário para a realização do mesmo que estejam presentes as partes constitutivas deste próprio desenvolvimento (SEN, Amartya, 2000. p. 18). Desta forma, crescer economicamente significa, além do aumento de renda privada, permitir ao Estado a expansão de suas atividades, seja diretamente por meio da prestação dos serviços públicos, seja por intermédio de parcerias privadas.

Esta visão contemporânea, assim como as transformações do próprio conceito de atividade administrativa de fomento, demonstra que o desenvolvimento carece de uma abordagem múltipla, relacionada à necessidade de equilíbrio e integração entre o papel do

⁵ De acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI, no ano de 2016 o Brasil ocupava o 9º lugar no ranking dos 15 (quinze) países com maior PIB (Produto Interno Bruto). (Dados obtidos do World Economic Outlook Database – FMI, atualização abril de 2017. Dados extraídos em 13.06.2017).

Estado, das instituições públicas e dos entes privados que constituem a sociedade, visando a um progresso simultâneo em diferentes frentes.

No plano estatal, o comedimento financeiro é medida de rigor e impõe exigências austeras, sem embargo de que suas demandas sejam interpretadas conforme os objetivos globais da política pública. Os desembolsos públicos requerem especial atenção e devem ser considerados juntamente com a necessidade instrumental de estabilidade macroeconômica, constitucionalidade e legalidade das transações, tornando necessário avaliá-los dentro de uma ampla estrutura de metas econômicas e sociais, e frente à discricionariedade da Administração Pública.

Este é o escopo do capítulo 3, ao abordar o papel do BNDES na atividade administrativa de fomento à exportação de serviços em infraestrutura, suas políticas de subvenções e empréstimos em condições favoráveis, e formas de controle sobre as mesmas, incluído o controle de resultados subjacente ao princípio da eficiência.

Referidos controles são fundamentais na medida em que, mesmo nas hipóteses em que as intenções declaradas pelo administrador público sejam meritórias, inexiste presunção absoluta de que os procedimentos adotados para a escolha dos tomadores de recursos e o emprego destes recursos sejam sempre em conformidade com a ordem jurídica e com as políticas públicas pertinentes.

Se, por um lado, as políticas públicas se encontram revestidas pela discricionariedade conferida ao administrador, por outro lado, referida discricionariedade não é ilimitada, em decorrência da natureza pública dos recursos aplicados. Esta mesma natureza impede que sejam desprezados os resultados obtidos com a aplicação dos recursos, que devem ser monitorados e acompanhados, permitindo a aferição do êxito das ações, a prestação de contas e, principalmente, o aprendizado voltado ao aumento da eficiência e qualidade.

Outrossim, a presença de elementos como legalidade, transparência, publicidade, isonomia, subsidiariedade e proporcionalidade, é necessária para que o escopo econômico e social oriundo do empréstimo financeiro seja legítimo, zelo que competirá concomitantemente ao administrador e aos órgãos de controle, em suas esferas de atuação.

Para tanto, a doutrina administrativista clássica que sustenta o controle da discricionariedade pautado exclusivamente na competência, forma e finalidade do ato, precisa ceder lugar ao controle capaz de somar à formalidade o uso racional e desenvolvimentista dos recursos públicos. Somente assim se conciliarão efetivamente crescimento e desenvolvimento econômicos⁶, e interesse público.

A dissertação ora proposta pretende trazer à reflexão os diversos desdobramentos que perpassam o conceito tradicional de política pública e que se apresentam por meio das parcerias e estímulos fundados nos meios de fomento, em especial a subvenção e empréstimos em condições favoráveis pelo BNDES que, se realizados em bases jurídicas organizadas e transparentes, e adequado controle, revelam-se uma eficiente ferramenta de desenvolvimento econômico e social.

O Direito Público contemporâneo vê-se diante de uma série de novos cenários, onde economia, política e direito se entrelaçam, e interesses públicos e particulares parecem ora convergir, ora divergir: cenários que revelam a transnacionalização dos mercados de produtos e serviços, e a organização da sociedade em rede assistida pela tecnologia da informação. Neste contexto, diversos países da América latina se tornaram destinatários de investimentos e serviços prestados por empresas brasileiras, e a inclusão de Cuba neste mercado transnacional – por meio da criação da ZEDM e a ampliação do porto de Mariel, é mais um indício de que não apenas os administradores da coisa pública em todas as suas esferas e competências, incluindo cientistas políticos e sociais, mas também os juristas, não podem voltar as costas à nova realidade. Cumpre a este último grupo, tendo o direito como ferramenta, se debruçar sobre as diferentes possibilidades de modelagem jurídica das ações públicas e os mecanismos de indução a certos comportamentos, sem prejuízo das sanções e normas incidentes sobre cada ação.

Vale advertir que a presente dissertação versará sobre o exercício da atividade administrativa de fomento à exportação de serviços em infraestrutura por intermédio do

⁶ Conforme explica CELSO FURTADO: “(...) o crescimento econômico, tal qual conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.” (FURTADO, 2004, p. 484).

BNDES, enquanto modelo aplicado na criação da ZEDM e na expansão do complexo portuário cubano de Mariel. No intuito de atingir seu escopo perpassará por temas que poderão seduzir o leitor a ingressar em seara diversa e atualmente muito propalada, qual seja: a corrupção.

É fato que os atos de corrupção refletem sobre os resultados dos investimentos, a confiança dos investidores e a celebração de contratos. Contudo, este estudo não terá por propósito analisar agentes ou atos de corrupção que tenham sido ou venham a ser supostamente imputados ao caso eleito, porquanto se tratar de apenas um dos efeitos possíveis decorrentes do mau funcionamento dos controles “a priori” e “a posteriori” da atividade administrativa de fomento. O objetivo não será estudar a patologia, mas conhecer o modelo sadio e juridicamente disciplinado, no anseio de que reste reconhecida sua eficácia.

Inexistem dúvidas de que o processo de internacionalização de empresas, mormente exportadoras de serviços, pode ocorrer sem a intervenção estatal. Entretanto, cada vez mais se têm percebidas as vantagens do Estado se envolver nesse processo, especialmente por meio da concessão de políticas de encorajamento. O melhor modo de fazê-lo é respaldado por um ordenamento jurídico consistente e informações claras, que corroborem as políticas públicas implementadas e que possibilitem respostas às críticas acerca da participação do governo brasileiro no apoio a obras de infraestrutura no exterior.

Na persecução desta tarefa, a presente dissertação procurou combinar os planos semântico, sintático e pragmático, na medida em que uma pesquisa científica dificilmente apreenderá o seu objeto sob um, e apenas um, destes três possíveis ângulos de análise.

Assim, o traço metodológico adotado consistiu na utilização do método indutivo analítico, mediante exame de quantidade expressiva de fontes doutrinárias, legais e jurisprudencial, de cunho jurídico, social e econômico, bem como em pesquisas e levantamento presencial de informações em visitas realizadas à ZEDM e ao complexo portuário de Mariel. A pesquisa incluiu, ainda, uma visita à Feira Internacional de Havana (FIHAV) ocorrida na cidade de Havana, capital de Cuba, entre os dias 30 de outubro e 03 de novembro de 2017.

Por fim, a investigação do tema incidiu sobre processos administrativos e judiciais propostos por órgãos de controle da Administração Pública Direta e Indireta, dentre os quais o

TCU e o Poder Judiciário, bem como Inquéritos Parlamentares e Investigatórios instaurados pela Câmara de Deputados e pelo Ministério Público Federal (MPF).

Tendo em vista a necessidade de delimitação do campo de pesquisa, para que houvesse o aprofundamento necessário do objeto, optou-se por abarcar neste estudo as discussões trazidas pelos direitos constitucional e administrativo brasileiros, à exceção da legislação cubana discurrida no Capítulo 1. Tal ênfase foi necessária para fins metodológicos, e acabou por não privilegiar outras áreas do conhecimento, como o direito internacional, e as ciências econômica e social, cujas importâncias não podem ser esquecidas diante de uma temática interdisciplinar.

A este trabalho incumbe, portanto, contribuir originalmente para o aprofundamento das investigações em torno das perspectivas jurídicas sobre a atividade administrativa de fomento na exportação de serviços brasileiros em infraestrutura por meio do BNDES, adotando o porto cubano de Mariel como modelo de caso.

A hipótese pesquisada procurará demonstrar que políticas públicas que se valem das subvenções e empréstimos em condições favoráveis via BNDES para o incentivo à exportação de serviços em infraestrutura, não apenas atendem ao interesse público, mas são imprescindíveis em situações cujos riscos do negócio são elevados e podem desestimular investimentos privados. Sustentada no fato de que o desenvolvimento do país está atrelado à sua capacidade de exportação, esta dissertação pretende afastar o mito de que o apoio à exportação de serviços é excludente e prejudicial aos investimentos internos no país quando, ao contrário, são políticas complementares à disposição do Estado frente a um cenário jurídico-econômico complexo e dinâmico.

Por se tratar de temática recente no universo jurídico brasileiro, há notadamente uma baixa incidência bibliográfica a respeito, presente em suas poucas incursões através do Direito Financeiro e Direito Econômico. Esse é mais um motivo que ensejou a elaboração do presente estudo, a fim de colocá-lo no âmbito de referência do Direito Administrativo. Longe de oferecer respostas definitivas, esta dissertação almeja suscitar uma nova geração de perguntas a partir das conclusões alcançadas.

CONCLUSÃO

Um ano e meio após a veiculação pela mídia nacional e internacional reportando a participação do governo brasileiro na inauguração da ZEDM e do TCM, conforme mencionado no introito desta dissertação, o jornal Valor Econômico publicou um artigo redigido pelo ex-ministro e deputado federal Delfim Netto⁸⁸, intitulado “Exportação de serviços e o complexo de vira-lata”.

Sob uma abordagem econômica - resultante da formação do seu autor - mas sem ignorar o viés político, o artigo apontou como “mitos insensatos” as críticas e denúncias baseadas no argumento de que os empréstimos do BNDES destinados à exportação de serviços de engenharia seriam um “prejuízo nacional”. Segundo o ex-ministro, tal entendimento coloca em risco o sucesso paulatino que se verifica desde 1966, e conclui:

O Brasil tenta qualificar-se como um exportador de serviços de engenharia há muito tempo. De acordo com informações internacionais confiáveis ("Engineering News Record"), ainda ocupamos uma participação muito modesta no setor: sete vezes menor do que a Espanha, EUA e China e quatro vezes menor do que a Alemanha, França e Coreia. Somados, esses competem com subsídios por 2/3 de um mercado da ordem de US\$ 550 bilhões por ano.

O desenvolvimento econômico depende de dois vetores: do investimento e da exportação. Os dois produzem efeitos multiplicadores parecidos, mas, sem a sólida expansão das exportações, o desenvolvimento pode ser abortado pelos déficits em conta corrente. A exportação de serviços de engenharia estimula o investimento nacional e a incorporação da melhor tecnologia, porque eles têm que estar no "estado da arte" para vencer a dura competição. Lamentavelmente o saldo dessa conta tem diminuído. Depois de passar por um máximo de US\$ 4,3 bilhões em 2012, hoje anda às voltas de US\$ 2 bilhões, com viés de baixa...

Não há maior afirmação do famoso "complexo de vira-lata" do que demonizar o suporte do BNDES quando financia despesas em reais que geram produção e emprego

⁸⁸ Antônio Delfim Netto foi membro da equipe de planejamento do governo paulista de Carlos Alberto de Carvalho Pinto em 1959, membro do Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), órgão de assessoria à política econômica do governo Castelo Branco em 1965 e do Conselho Nacional de Economia no mesmo ano. Foi secretário de Fazenda do governo paulista de Laudo Natel nos anos de 1966 e 1967, nomeado Ministro da Fazenda nos anos de 1967 a 1974 e embaixador do Brasil na França entre 1974 e 1978, nomeado Ministro da Agricultura em 1979 e do Planejamento de 1979 a 1985. Deputado Constituinte por São Paulo de 1987 a 1988 e Deputado Federal por São Paulo desde 1988. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Delfim_Netto) – Consulta realizada em 10.01.2018.

no Brasil e não financia a despesa da instalação externa. E não há maior miopia do que não enxergar que "exportar é o que importa"⁸⁹.

O artigo em questão não versa diretamente sobre a estrutura logística e portuária cubana que compõe o presente estudo de caso, à época já em plena operação, mas vem ao encontro do tema e antecipa, em alguma medida, a conclusão deste trabalho.

É irrefutável a importância do BNDES, empresa pública federal criada pela Lei n.º 1.628/52, que se sub-roga no cenário financeiro brasileiro enquanto principal ferramenta à disposição da Administração Pública para financiamentos de longo prazo voltados à realização de investimentos em todos os segmentos da economia, incluindo a exportação de bens e serviços. O banco desfruta de posição privilegiada dentre os instrumentos utilizados pelo Estado no exercício da atividade administrativa de fomento – e, portanto, se sujeita hodiernamente a críticas, investigações e denúncias, muitas das quais fundadas mais na desinformação do que no seu escopo desenvolvimentista previsto em lei e em conformidade com as diretrizes econômicas e sociais presentes na Constituição Federal brasileira de 1988.

São diversas as formas pelas quais o Estado não apenas pode, como deve, intervir legitimamente visando ao desenvolvimento econômico e social do país, e à solução das denominadas falhas de mercado, sempre que os resultados buscados com esta intervenção estatal superem os custos decorrentes da mesma, e que os fins pretendidos atendam ao interesse público: condição indispensável para a caracterização da atividade administrativa. Assim, no exercício da sua função promocional, o Estado tem no fomento uma alternativa para lidar com a dicotomia entre interesse público e a preservação da liberdade de escolha do particular, conforme apontado pela teoria do paternalismo libertário.

O papel do Estado brasileiro na economia transformou-se continuamente ao longo da sua trajetória histórica e conforme os regimes políticos e jurídicos, alternando-se da sua quase nulidade durante o Estado Liberal à sua constância no Estado Social Interventor. O advento do Estado neoliberal trouxe a lume caminhos alternativos pelos quais poderiam trilhar as políticas públicas desenvolvimentistas, possibilitando ao administrador zelar pela segurança jurídica de seus administrados sem se abster às diretrizes constitucionais às quais está

⁸⁹ <http://jornalggn.com.br/noticia/exportacao-de-servicos-e-o-complexo-de-vira-lata-por-delfim-netto>. (consulta realizada em 10.01.2018).

submetido: a atividade administrativa de fomento surgiu como expoente deste modelo, adotado não apenas no Brasil como em diferentes países do globo, a exemplo das instituições europeias, americana e asiáticas – especialmente na China – e seus vultosos desembolsos voltados à exportação de bens e serviços.

Neste novo cenário de dinamismo econômico e jurídico, coube ao Estado se reinventar e passar a implementar suas políticas públicas tanto internamente quanto externamente, neste caso por meio de instrumentos de incentivos à exportação de bens e serviços e tendo no BNDES uma importante ferramenta.

Contrapondo-se ao conservadorismo estático contrário a este dinamismo, e que denominou “fetichismo institucional”, MARIO GOMES SCHAPIRO defende:

Em boa medida, esta tese é tributária deste entendimento, que vê no experimentalismo e na imaginação a possibilidade de construção de soluções customizadas às necessidades nacionais. A compreensão de que existem alternativas jurídico-institucionais e de que a alternativa brasileira conta com o Estado como um agente financeiro relevante tem como antecedente uma rejeição às teses fetichistas: o banco de desenvolvimento é assumido neste trabalho não como uma distorção, mas sim como uma circunstância local, instituído para oferecer respostas adequadas às particularidades de um país, cujo desafio é superar o quadro de tensão estabelecido entre a pretensão do desenvolvimento e as carências do financiamento.

Partindo deste entendimento, a tese procurou mostrar como as experiências realizadas no âmbito desta alternativa nacional têm garantido uma adaptação aos imperativos da nova economia. A atuação do BNDES nos segmentos inovadores, valendo-se de ferramentas societárias e contratuais, alinhadas com os demais atores do sistema financeiro, sugere uma nova relação público-privada, menos diretiva e mais voltada à coordenação e à indução dos agentes privados. Nessa medida, pode-se dizer que sim, a regulação institucional persiste como um atributo constitutivo da organização financeira nacional, mas tem sido capaz de desenvolver mecanismos ajustados a um ambiente privatizado e informado por empresas emergentes e inovadoras.

Eis, enfim, a resposta oferecida por este trabalho: não há uma resposta única para o arranjo jurídico-institucional de uma economia baseada no conhecimento. No caso brasileiro, a resposta nacional tem contado, em boa medida, com a regulação institucional, baseada, no entanto, em novos parâmetros de intervenção.

(SCHAPIRO, 2009, p. 307-308)

Dentre os meios de intervenção através do fomento: honoríficos, jurídicos ou econômicos, são estes últimos os mais pertinentes à intervenção estatal por indução - a título gratuito ou oneroso – principalmente através de incentivos fiscais e subvenções criadas mediante atos administrativos, ou empréstimos em condições favoráveis formalizados em contratos administrativos envolvendo o banco público e o particular.

A intervenção do Estado na economia via banco público, por meio da concessão de empréstimos em condições favoráveis, pode ser vista sob uma visão política ou uma visão desenvolvimentista (NOVAES, 2007, p. 39-41): na visão política os bancos públicos são entendidos como meros canais dos quais se vale o administrador para distribuir benesses a seus aliados, sem a real intenção de promover o desenvolvimento nacional, ou seja, constituem instrumentos de favorecimento político que não mantém qualquer vínculo com a viabilidade econômica ou os resultados sociais do projeto.

Este malfadado raciocínio está intimamente associado à prática de atos de corrupção e violação aos princípios constitucionais da motivação do ato administrativo, da isonomia, da impessoalidade, da legalidade e, certamente, da eficiência; e, por tal razão, não pode prevalecer, porquanto se tratar de um desvio – uma patologia que desvirtua um modelo saudável de atividade administrativa, esvaziando o papel e a missão do banco público.

Sob o escopo da visão desenvolvimentista, por sua vez, o BNDES tornou-se o principal operador brasileiro de uma política pública que visa formar empresas brasileiras globais capazes de realizar uma inserção mais soberana na economia mundial em setores nos quais o país já é competitivo, como ocorre nos serviços de engenharia e infraestrutura.

A crítica recorrente sobre os empréstimos do BNDES, afirmando que ao “investir no mercado externo” deixa-se de investir internamente é outro equívoco a ser refutado: inicialmente, porque há um erro de premissa, na medida em que a função do Estado não é “investir no mercado externo”, mas sim apoiar e incentivar seus nacionais a ampliarem suas atividades e, desta forma, conciliar interesses particular e público. Foi o que se verificou no projeto de ampliação do porto de Mariel, com o compartilhamento de conhecimento por uma das principais empresas nacionais no bojo de um programa de expansão regional, a geração de

empregos diretos e indiretos ao Brasil⁹⁰, e a exportação de insumos e equipamentos durante o período de execução das obras de engenharia.

Ademais, criou-se um cenário favorável à instalação de empresas brasileiras industriais ou prestadoras de serviços na ZEDM, beneficiadas não apenas pelas políticas fiscais e tributárias estabelecidas pela legislação cubana, como pela boa localização geográfica da ilha caribenha, possibilitando a utilização das modernas estruturas do TCM para exportação de seus produtos a países da região, à Europa, à Ásia – através do canal do Panamá expandido – ou aos Estados Unidos, na hipótese de sobrevir o fim do embargo econômico.

Assim, limitar a atuação do banco de fomento somente para financiamentos internos implica em privá-lo de importante função, na medida em que se tratam de políticas complementares, e não excludentes, sendo que o desenvolvimento do país está atrelado à sua capacidade de exportação: o aspecto externo é tão relevante quanto o interno. Sem prejuízo, viu-se no presente trabalho que os valores despendidos pelo BNDES em projetos nacionais são muito superiores àqueles aplicados no desenvolvimento do mercado exportador⁹¹.

Além disso, deve-se atentar para o fato de que o financiamento destina-se à exportação de bens e serviços produzidos no Brasil e não à obra em si. Não há remessas de divisas ao exterior, pois na modalidade BNDES Exim pós-embarque os recursos são desembolsados diretamente ao exportador, no Brasil e em reais, atribuída ao importador a obrigação de pagar sua dívida à instituição com juros e em moeda estrangeira, o que acaba por maximizar o ganho frente à variação cambial.

Finalmente a intervenção do Estado na ordem econômica através das subvenções ou empréstimos em condições favoráveis outorgados pelo BNDES, no intuito de fomentar a

⁹⁰ Os financiamentos às exportações de serviços de engenharia realizados pelo BNDES entre 2007 e 2015 movimentaram uma rede de 4.044 fornecedores no Brasil, sendo 2.785 MPMEs. O número total de empregados desses fornecedores aumentou de 402 mil em 2007 para 788 mil em 2014, último ano para o qual há dados disponíveis (foram empregados em média 590 mil pessoas por ano) (Livro Verde – BNDES, 2017, p. 148-149).

⁹¹ O apoio à exportação representou em média 9,8% do total dos desembolsos do BNDES nos últimos anos. Essa participação chegou a ser de 36% em 2003. A partir de então, cai a participação dos desembolsos para exportação, que crescem em um ritmo muito menor do que outros segmentos de apoio do BNDES. A maior participação de financiamentos está na linha pré-embarque, sendo que os desembolsos relativos ao pós-embarque para serviços de engenharia nunca se situam acima de 2% ao ano no total do BNDES. (Livro Verde – BNDES, 2017, p. 144)

exportação de serviços em infraestrutura, é uma atividade administrativa e, como tal, enseja limites e meios de controles prévios e posteriores, especialmente em razão da utilização dos recursos públicos pelo administrador de forma proba e atendidos os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Somente com a observância destes elementos e outros inerentes à atividade de fomento: transparência, livre concorrência, isonomia, subsidiariedade e proporcionalidade, associados à gestão eficiente dos recursos públicos⁹², a finalidade econômica e social oriunda do empréstimo financeiro restará legitimada, cumprindo aos órgãos de controle, em suas esferas de atuação e competência legal e constitucional, zelarem por este atendimento e ao administrador atuar de forma a prestigiar a coletividade sobre interesses privados.

Cumpre ao Direito contemporâneo não se orientar apenas por meio da legalidade do ato administrativo, mas deve igualmente considerar, diante dos valores que norteiam o Estado de Direito, os resultados alcançados à luz da eficiência, resultando indispensável o controle externo atuante e independente, mormente quando se almeja a boa versação do dinheiro público. Desta forma o ‘complexo de vira-lata’ cederá espaço a um desenvolvimento econômico e social seguro e soberano.

⁹² A questão da análise do impacto e efetividade das atividades do BNDES foi objeto de análise no Livro Verde veiculado em 2017, haja vista ser objeto de críticas. Em 2015, o BNDES publicou o Relatório de Efetividade, que organiza de maneira sistemática informações e estudos produzidos ou apoiados pelo banco para monitoramento e avaliação. Ciente da relevância desse aspecto, em 2016, criou um departamento para cuidar de monitoramento e avaliação (antes atribuição de uma gerência), o que reforçou a importância dada ao assunto. Entre as atribuições da unidade, podem ser destacados o desenvolvimento de metodologias e a coordenação da implantação e gestão dos resultados do Sistema de Monitoramento e Avaliação da efetividade do apoio financeiro concedido pela instituição.

REFERÊNCIAS

- ALEXYY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais* (tradução de Virgílio Afonso da Silva da 5ª edição alemã - 1986). São Paulo: Malheiros, 2008.
- ARAGÃO, Alexandre Santos. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo Marques (Coordenadores). *Direito Administrativo e seus novos paradigmas*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- ARBACHE, Jorge. *The contribution of services to manufacturing competitiveness in Brazil*. In HERNÁNDEZ, René A. HUALDE, Alfredo. MULDER, Nanno. SAUVÉ, Pierre. *Innovation and internationalization of Latin American services*. Santiago: Colegio de la Frontera Norte, 2016.
- BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. GIAMBIAGI, Fábio. *A Política de Crédito do BNDES: Conciliando a função do banco de desenvolvimento e os cuidados com o risco*. Rio de Janeiro: Revista do BNDES. v. 12. n. 23, 2005.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito*. 6ª ed., rev., ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Da estrutura à função: novos estudos de Teoria do Direito*. São Paulo: Manole, 2007.
- BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado social*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. *Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- _____. *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- _____. *O conceito de política pública em direito*. In *Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República*. Revista brasileira de política internacional. Brasília: vol. 44 no. 01, Jan./June 2001.
- CARDOSO JR, José Celso. *Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento. Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI*. Santiago: Nações Unidas-CEPAL, 2014.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

- CHILD, John. RODRIGUES, Suzana Braga. *Multinacionais Brasileiras* (Org. Moacir de Miranda Oliveira Junior). Porto Alegre: Bookman, 2010.
- CLÈVE, Clèmerson Merlin. *Regulação portuária e concorrência – pareceres jurídicos e econômicos*. Rio de Janeiro: Abratec, 2009.
- Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.
- COUTINHO, Diogo Rosenthal. *Direito, Desigualdade e Desenvolvimento*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CYRINO, Álvaro B. TANURE, Betania. *Trajetória das Multinacionais Brasileiras: Lidando com Obstáculos, Desafios e Oportunidades no Processo de Internacionalização*. In *A Ascensão das Multinacionais Brasileiras: o grande salto de pesos-pesados regionais a verdadeiras multinacionais* (Org. Jase Ramsey e André Almeida). Belo Horizonte: Elsevier, 2009.
- DELGADO, Ana Paula Teixeira. *O direito ao desenvolvimento na perspectiva da globalização. Paradoxos e desafios*. São Paulo: Renovar, 2001.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Supremacia do Interesse Público e Outros Temas Relevantes do Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____. *Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____. *Direito Administrativo*. 28ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.
- _____. *O fomento como instrumento de intervenção na ordem econômica*. Revista de Direito Público da Economia – RPDE, n. 32, Belo Horizonte: Out/dez 2010.
- FERNANDES, JORGE ULISSES JACOBY. *Os Limites do Poder Fiscalizador do Tribunal de Contas do Estado*. Brasília: a.36, n. 142, abr/jun 1999.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Fundamentos e Limites Constitucionais da intervenção do Estado no Domínio Econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- FLORY, Maurice. *Droit International Du Développement*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes: *O liberalismo econômico como mito*. *Economia e Sociedade*. Campinas: v. 19. n. 03, 2010.
- FREIRE, André Luiz. *Responsabilidade patrimonial na atividade administrativa de fomento*. In *Intervenção do Estado no Domínio Econômico e no Domínio Social: homenagem ao*

Professor Celso Antonio Bandeira de Mello (Coord. Priscila Sparapani; Renata Porto Adri). Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Os desafios da nova geração*. Revista de Economia Política, vol. 24, n. 04, Out/Dez 2004.

GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Princípio da proporcionalidade e teoria do direito*. In: *Direito constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo: Malheiros, 2003.

IANNOTTA, Lucio. *Economia, diritto e politica nell'amministrazione del risultato*. RIVISTA on line. Scuola Superiore dell'Economia e delle Finanze, Ano III, nº 5, maio de 2006.

IGLESIAS, Roberto. *Internacionalização de empresas brasileiras – SOBEET* Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica. São Paulo: Clio, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. *O direito administrativo de espetáculo*. In MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito administrativo e seus novos paradigmas*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

_____. *Curso de direito administrativo*. 9ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

LAURENTIIS, Lucas Catib De. *A proporcionalidade no direito constitucional: origem, modelos e reconstrução dogmática*. São Paulo: ed. Malheiros, 2017.

LINOTTE, Didier. ROMI, Raphael. *Services publics et Droit public économique*. Paris: Paperback, 2001.

Livro Verde – *Nossa história tal como ela é*. Versão preliminar. Rio de Janeiro: BNDES, 2017.

MARQUES NETO, Floriano Azevedo. *Funções Administrativas do Estado*. Coord. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *O fomento como instrumento de intervenção na ordem econômica*. Belo Horizonte: Revista de Direito Público da Economia – RPDE, n. 32, Out/dez 2010.

MEDAUAR, Odete. *Controle da Administração Pública*. 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____. *O Estado e a Ordem Econômica*. In: CLÉVE, Clémerson Merlin. BARROSO, Luis Roberto (org.). *Doutrinas essenciais: Direito Constitucional – Constituição Financeira, Econômica e Social*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MOCCHIA, Maria Herminia Pacheco e Silva. *Parâmetros para utilização do fomento econômico: Empréstimos pelo BNDES em condições favoráveis*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- MORAIS, Fernando. *Mariel – Cinco Siglos de Histórias*. Havana: DIP – Mariel, 2013.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*, 13ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- MOREIRA, Egon Bockmann. *O direito administrativo contemporâneo e a intervenção do Estado na ordem econômica: estudos em homenagem ao professor Adilson Dellari*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- MUNHOZ DE MELLO, Rafael. *Atividade de Fomento e o Princípio da Isonomia*. Em SPARAPANI, Priscila. ADRI, Renata Porto (Coord.) *Intervenção do Estado no domínio econômico e no domínio social: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- NICHOLSON, Brian L. *Internacionalização de empresas brasileiras – SOBEET Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica*. São Paulo: Clio, 2007.
- NOVAES, Ana. *Intermediação financeira, bancos estatais e mercado de capitais: a experiência internacional*. In PINEHEIRO, Armando Castelar; OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysostomo de (Org.) *Mercado de capitais e bancos públicos: análise e experiências comparadas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.
- OLIVEIRA JR., Moacir de Miranda. *Multinacionais Brasileiras* (Org. Moacir de Miranda Oliveira Junior), Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ORTIZ, Gaspar Ariño. *Princípios de derecho público económico*, 3ª ed. Granada: Comares, 2004.
- SOUZA, Rodrigo Pagani de. *Controle estatal das transferências de recursos públicos para o terceiro setor*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Departamento de Direito do Estado. Orientador: Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal. São Paulo, 2009.

- PASOLD, Cesar Luiz. *Prática de Pesquisa jurídica e Metodologia da Pesquisa Jurídica*. Florianópolis: OAB/SC, 2007.
- PEREIRA, Affonso Insuela. *O Direito econômico na ordem jurídica*. São Paulo: José Bushatsky, 1974.
- PEREZ, Marcos Augusto; SOUZA, Rodrigo Pagani de. *Controle da Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *Monografia Jurídica Passo a Passo: Projeto, pesquisa, redação e formatação*. São Paulo: Método, 2015.
- RANIERI, Nina. *Teoria do Estado. Do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito*. 1ª edição. São Paulo: Manole, 2013.
- Relatório Final da CPI BNDES – Brasília: Câmara dos Deputados, fevereiro de 2016.
- REZENDE, Bruno Pereira. *As relações Brasil-Cuba: liberalização, integração e desenvolvimento*. In: Mundorama, 19/09/2010. Disponível em: <http://mundorama.net/2010/09/19/as-relacoes-brasil-cuba-liberalizacaointegracao-e-desenvolvimento-por-bruno-pereira-rezende/> (acesso em 21/03/2014).
- RODRIGUES, Nelson. *As cem melhores crônicas brasileiras*, Rio de Janeiro: Objetiva, 1993.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas. Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito e Políticas Públicas: Dois Mundos*. In *Direito da Regulação e Políticas Públicas* (org. SUNDFELD, Carlos Ari. ROSILHO, André). São Paulo: Malheiros, 2014.
- THALER, Ruchard H. SUSTEIN, Cass R. *Nudge – Improving decisions about health, wealth and hapiness*. Londres: Penguin Books, 2009.
- VALIM, Rafael. *A subvenção no direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Contracorrente, 2015.
- VENANCIO FILHO, Alberto. *A Intervenção do estado no domínio econômico: o direito público econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- <www.bndes.gov.br>
- <www.fiesp.com.br/agenda/oportunidades-de-investimentos-em-cuba>
- <www.blog.planalto.gov.br>
- <<https://pt.wikipedia.org>>
- <www.cvm.gov.br>
- <www.stf.jus.br>

<www.focoliberal.com.br/blog/falhas-de-mercado-e-falhas-de-governo>

RELATÓRIO DE VISITA N. 01

Local: Terminal de Contêineres de Mariel – TCM

Calle 4, n. 705, entre 7ma e Mar, península Angosta, município e Mariel, província de Artemisa – Cuba.

Data: 31 de outubro de 2017

Participantes: Martín José Spini – Diretor de Operações do TCM

Federico Carlos – Chefe de Planejamento de Operações Portuárias do TCM

Claudia Hernández Rizo – Especialista Comercial do TCM

Marcos Eduardo De Santis – Pesquisador

O presente relato refere-se à visita realizada em 31 de outubro de 2017, às 14 horas, ao terminal de contêineres de Mariel – TCM, localizado na província de Artemisa, Cuba.

A visita foi organizada pela gerente geral da empresa Navemar, Luisa Fabón Escolá, e conduzida pelo chefe de planejamento de operações portuários do TCM, Federico Carlos e Martín José Spin, com duração aproximada de duas horas.

Realizados os devidos controles e acesso ao terminal, sob padrão internacional de segurança ISPS Code, iniciou-se uma reunião na sede administrativa, com a exibição de vídeo institucional destacando as principais características estruturais e operacionais do terminal.

Na sequência, os representantes do TCM propuseram-se a esclarecer dúvidas operacionais acerca dos aspectos legais e regulatórios, bem como operacionais e comerciais, referentes às atividades de importação, exportação e movimentação de cargas, especialmente no que concerne aos seguintes dados:

Trata-se de terminal destinado à movimentação de carga e descarga e contêineres, operado pela Port of Singapore Authority (PSA), segunda maior operadora portuária do mundo e conhecida por sua expertise frente aos terminais portuários de Cingapura, Arábia Saudita, Argentina, Bélgica, China, Coreia, Índia, Itália, Japão, Panamá, Portugal, Reino Unido, Tailândia, Turquia e Vietnam.

O TCM é arrendado à empresa cubana Almacenes Universales S.A, por prazo determinado passível de renovação: funcionando vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, oferece também serviços de movimentação, pesagem e escaneamento de cargas.

Dotado de uma estrutura composta por um edifício administrativo, onde se situam as áreas de planejamento e controle de operação, bem como fiscalização, segurança e controle aduaneiro, por seus portões – “GATES” cem por cento automatizados ingressam aproximadamente trezentos caminhões próprios por dia, o que corresponde ao transporte diário de quinhentos a quinhentos e cinquenta contêineres secos e refrigerados, haja vista presença de um mil, cento e quarenta tomadas para ligação de contêineres do tipo “reefers”.

A importação e exportação de cargas containerizadas ocorrem nos atuais setecentos metros de cais que, sob o auxílio de quatro gruas – portêineres de origem chinesa - possui capacidade para receber e movimentar até três navios simultaneamente e 800.000 TEUs por ano, em que pese a movimentação registrada em 2016 tenha sido de aproximadamente 330.000 TEUs, número este que se espera repetir ao fim de 2017, por razões macroeconômicas e políticas, em especial devido ao pouco tempo de operação do terminal após a finalização das obras de expansão em 2014, a recente conclusão do alargamento do canal do Panamá, e a manutenção do embargo econômico norte-americano.

Outrossim, o terminal dispõe de uma capacidade de expansão de cais dos seus atuais 700 metros para 2.000 metros, o que permitirá a movimentação de até 3 milhões de contêineres por ano, por meio de 24 portêineres – gruas.

Segundo informado, sob sua estrutura atual o TCM movimenta, ao tempo da presente visita, 27 contêineres por hora, em sua maioria provenientes u destinados à Europa, ao México e ao Panamá, sem prejuízo de outros países que compõem o “cinturão caribenho” e um serviço semanal voltado à importação de frango norte-americano.

A eficiência operacional e o atendimento às normas regulatórias são fiscalizados diretamente pelo Ministério dos Transportes cubano, órgão também responsável pela dragagem do canal de navegação e do berço de atracação, e pelo aprofundamento do canal dos atuais 15,9 metros para 17 a 19 metros, possibilitando o acesso de navios de grande porte, com capacidade de transportarem até 20 mil TEUs de carga, ou seja, quase cinco vezes os 4.500 TEUs

transportados pelas embarcações do tipo “Panamax” que operam na maioria dos portos mundiais.

Os serviços no terminal têm sido prestados às principais companhias de navegação mundiais, tais como Maersk Line, Mediterranean Shipping Co – MSC, CMA CGM, Hamburg Sud, Cosco Container Lines, Hapag-Lloyd, Zim Integrated Shipping Services, Evergreen Line, Nirint e Crowley.

A profundidade do canal de navegação e berço, associada à localização privilegiada do porto de Mariel e a recente expansão do canal do Panamá, segundo os representantes do terminal cubano, trará impactos significativos a partir dos próximos anos, com o crescimento das operações e reflexos no fluxo de transporte marítimo, tanto nos mercados caribenho e europeu, quanto na costa leste da América do Sul e no Brasil.

Celebrando a meta de um milhão de TEUs de cargas movimentadas, atingida em 12 de agosto de 2017, a visita foi encerrada com um reconhecimento das instalações do terminal.

RELATÓRIO DE VISITA N. 02

Local: Companhia e Obras de Infraestrutura – COI

Ed. Santiago de Cuba – Miramar – Havana – Cuba

Data: 30 de outubro de 2017

Participantes: Giordano Camaroti – Administração e Finanças da COI

Anaiza Rodriguez - Administração contratual e negócios da COI

Marcos Eduardo De Santis – Pesquisador

O presente relato refere-se à visita realizada no dia 30 de outubro de 2017, às 13 horas, à sede da Companhia de Obras de Infraestrutura – COI , sucursal da Construtora Odebrecht localizada no município de Havana, Cuba, empresa responsável pela execução das obras de construção e expansão da infraestrutura do complexo portuário de Mariel.

Na ocasião, e ao longo de aproximadamente uma hora, os responsáveis pela administração contratual e financeira da Companhia propuseram-se a apresentar um panorama do projeto de expansão iniciado em 2010 e finalizado em 2014, envolvendo a importação de aproximadamente 180 milhões de reais em equipamentos provenientes do Brasil durante referido período, muitos dos quais permaneceram instalados em Mariel após a conclusão do projeto.

Destacou-se, ainda, a mobilização de aproximadamente 4 mil trabalhadores ao longo do quadriênio, incluindo 80 estrangeiros. A implementação de um programa e capacitação de mão de obra com bases semelhantes ao programa brasileiro “Creditar” foi responsável pela atualização dos trabalhadores engajados, tendo sido um embrião do que posteriormente viria a se tornar uma nova modalidade de oferta de trabalho em Cuba, empregando profissionais qualificados autônomos denominados “contapropistas”. Tal feito implicou em reflexos diretos nas relações de trabalho na ilha.

Indagados acerca dos benefícios aproveitados pelo Brasil em decorrência do projeto de expansão de infraestrutura de Mariel, os representantes da COI informaram que mais de 300 empresas brasileiras foram diretamente beneficiadas, especialmente por meio da exportação de equipamentos e insumos. De igual forma o governo brasileiro tornou-se credor e uma dívida

contraída junto às autoridades financeiras cubanas em moeda estrangeira – dólar, não obstante a concessão de empréstimo à construtora tenha se realizado em moeda nacional – real, o que importou em relevante benefício econômico cambial.

À construtora brasileira, por sua vez, foi permitida a compensação tributária, em território brasileiro, dos proventos decorrentes da exportação do serviço, sujeitando-se, contudo, à fiscalização periódica dos órgãos de controle do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

O encontro encerrou-se com a informação atualizada de que, desde a finalização do projeto de expansão, 11 empresas se instalaram na ZEDM, e algumas gigantes em seus setores encontram-se em processo de instalação, dentre as quais as multinacionais Souza Cruz, Ambev e Unilever, com o que restou concluída a visita, sob um sentimento otimista manifestado pelos representantes da Companhia de Obras de Infraestrutura – COI quanto aos resultados alcançados e vindouros em relação ao complexo portuário e à Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel.

RELATÓRIO DE VISITA N. 03

Local: Feira internacional de Havana – FIHAV 2017

Expocuba – La Havana – Cuba

Data: 1º de novembro de 2017

No período compreendido entre os dias 30 de outubro de 2017 e 04 de novembro de 2017 realizou-se em Havana, capital de Cuba, a 35ª edição da Feira Internacional de Havana – FIHAV.

O evento, distribuído entre os pavilhões que compõem o centro de exposições Expocuba, contou com a presença de países expositores (lista anexa) e se destinou à ampliação do comércio internacional com a ilha caribenha, bem como prospecção e novos investidores interessados em exportar seus produtos e serviços a Cuba.

Entre os expositores verificou-se a presença e multinacionais oriundas de países como Japão, Itália, França, Reino Unido, entre outros, oferecendo produtos alimentícios, eletroeletrônicos, utensílios domésticos e maquinários destinados à construção civil, indústria e produção agrícola.

O Brasil esteve representado por empresas nacionais (lista anexa) que, sob o apoio da APEX, puderam exibir especialmente produtos alimentícios e bebidas, de estética, materiais de construção e elétricos para uso doméstico e hotelaria.

O pavilhão brasileiro da FIHAV 2017 contou, ainda, com a presença da Confederação Nacional das Indústrias – CNI e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, instituições que auxiliam na prospecção de novos investidores por meio do convênio REDE CIN.

Segundo seus representantes, a participação brasileira na feira e o número de negócios celebrados tem aumentado significativamente nos últimos anos. Ainda, conforme os representantes brasileiros na feira, fatores burocráticos para novos entrantes e produtos no

mercado cubano, morosidade para obtenção de autorizações outorgadas pela Câmara de Comércio do Governo caribenho, e prazos demasiadamente extensos para pagamento, dificultam a celebração de um volume maior de operações.

Todavia, os percalços acabam sendo superados pela alta margem de lucro e pelo recebimento em moeda estrangeira, o que consiste em importante benefício financeiro e cambial. Por tais motivos há expectativa e recorde de novos negócios firmados na feira em 2017, com serviços e produtos contratados por Cuba de empresas brasileiras a partir de 2018, priorizando-se neste processo produtores que ofereçam concomitantemente serviços logísticos, ou seja, exportadores capacitados não apenas a comercializar seus produtos, mas leva-los desde a origem até o destinatário final, característica essa que contribui com o fomento à exportação de serviços.

Países Expositores		
Alemanha	Estônia	Portugal
Argélia	Finlândia	Porto Rico
Argentina	França	Reino Unido
Barbados	Granada	República Checa
Belarius	Grécia	República da Coreia
Belice	Guatemala	República Dominicana
Bélgica	Guiana	República Eslovaca
Bolívia	Haiti	Rússia
Bulgária	Holanda	São Cristóvam e Neves
Brasil	Hungria	São Vicente Las Granadinas
Canadá	Índia	Santa Lúcia
Chile	Indonésia	África do Sul
China	Irlanda	Suécia
Colômbia	Itália	Suíça
Costa Rica	Jamaica	Suriname
Cuba	Japão	Trinidad e Tobago
Curaçau	México	Turquia
Equador	Namíbia	Ucrânia

El Salvador	Panamá	Uruguai
Espanha	Paraguai	Venezuela
Estados Unidos	Polônia	Vietnã

**Ilustração n. 01. - Obras com Financiamento do BNDES realizadas na América do Sul
após 2003**

PAÍS	PROJETO	FINANCIAMENTO	EMPRESA BRASILEIRA
ARGENTINA	Gasoduto San Martin	US\$ 200 milhões	Odebrecht;Confab
	Gasoduto Norte	US\$ 37 milhões	Confab
	Gasoduto Sul	US\$ 279 milhões	Confab
	Exportação 20 aeronaves	US\$ 646 milhões	Embraer
	Aqueduto do Chaco	US\$ 180 milhões	Idebrecht, Techint, OAS e Insolux
	Aqueduto Santa Fé	*	
	Trem Transandino Central	*	
	Gasoduto Nordeste	*	
	Hidrovia Paraná- Paraguai		
BOLÍVIA	Rodovia San Inácio de Moxos	US\$ 332 milhões	OAS
	Projeto El Chorro	US\$ 199 milhões	
	Rodovia Tarija- Bernejo	US\$ 179 milhões	Queiroz Galvão

CHILE	Ampliação do metrô de Santiago	US\$ 208 milhões	Alstom Brasil
	Apoio ao Transantiago	US\$ 350 milhões	
COLÔMBIA	Ônibus sistema transmilenio	US\$ 28 milhões	Marcopolo
	Exportação 127 ônibus coletivos	US\$ 26,8 milhões	San Marino
	Complexo Hidroviário rio Meta	*	
	Ferrovia Del Carare	US\$ 650 milhões	Odebrecht, Camargo Corrêa
EQUADOR	Projeto Tabacondo	US\$ 65 milhões	Andrade Gutierrez
	Construção de Canais e Barragens	US\$ 77 milhões	
	Estrada Quito-Guayaquil	*	
	Irrigação Manabi	US\$ 113 milhões	
	Rodovia Interoceânica	US\$ 30 milhões	
	Hidrelétrica ToachiPilatón	*	
	Venda de aviões para Tame	US\$ 61,6 milhões	Embraer
	Usina Hidrelétrica na Francisco	US\$ 242,9 milhões	Odebrecht

	Aeroporto Internacional de Quito	US\$ 50 milhões	Andrade Gutierrez
GUIANA	Ponte sobre rio Tacutu	US\$ 17,1 milhões	
PARAGUAI	Ruta 10	US\$ 77 milhões	ARG – Minas Gerais
	2ª Ponte Rio Paraná	US\$ 200 milhões	
PERU	Carretera Paíta-Yurimaguas	*	
	Ponte Assis Brasil-Iñapari	US\$ 17,1 milhões	
	Rodovia interoceânica-Sul	US\$ 420 milhões	Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão
URUGUAI	Usina Termelétrica San José	*	
	Rede de distribuição de gás de Montevideo	US\$ 7 milhões	OAS
	Linhas de transmissão da Usina Termoelétrica e irrigação Maldonado	US\$ 29 milhões	
	Usina Hidrelétrica La Vuelta	US\$ 121 milhões	Alstom Brasil

VENEZUELA	Metrô Caracas – Linhas III e IV	US\$ 185,5 milhões	Odebrecht
	Modernização de produção milho e gado/Fondafa2	US\$ 19 milhões	Cotia Trading
	Usina Hidrelétrica Tocoma	*	
	3ª Ponte rio Orinoco	*	
	Construção do metrô de Caracas	US\$ 943 milhões	
	Irrigação El dilúvio – Palmar, Maracaibo	US\$ 194,6 milhões	

Ilustração n. 02. – Modus operandi nas operações de exportação de bens e serviços de engenharia